



DECRETO Nº 6.986 DE 02 DE ABRIL DE 2018.

Regulamenta a Lei nº 2.876, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a cobrança proporcional do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) nos imóveis que tenham Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º da Lei nº 2.876, de 28 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos administrativos para obtenção de cobrança proporcional do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) nos imóveis que tenham Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Art. 2º Fica facultado aos proprietários de áreas que se enquadrem nos requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 2.876, de 28 de dezembro de 2017, requererem à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, observando-se as orientações constantes neste Decreto e em seus Anexos.

§ 1º As informações serão prestadas da seguinte forma:

I - o requerimento relativo à propriedade de pessoa física deverá conter a assinatura do proprietário, e do cônjuge ou convivente, se houver;

II - o requerimento relativo à propriedade de pessoa jurídica deverá ser assinado pelos seus membros ou representantes com poder de disposição de imóveis, conforme seu ato constitutivo e alterações posteriores; ou

III - quando se tratar de condomínio, todos os condôminos deverão assinar o requerimento ou indicar um representante legal, mediante a apresentação de procuração.

§ 2º O requerimento deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

I - cópia autenticada das cédulas de identidade dos proprietários; do cônjuge ou convivente; do procurador, se for o caso, e dos membros ou representantes, quando pessoa jurídica;

II - cópia autenticada dos atos constitutivos e suas alterações, no caso de requerimento relativo à área de pessoa jurídica;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
GABINETE DO PREFEITO

III - certidão do órgão do Registro de Empresas ou de Pessoas Jurídicas, indicando a data das últimas alterações nos seus atos constitutivos, no caso de requerimento relativo à área de pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de débitos expedida pelo órgão de administração tributária competente para arrecadação dos tributos relativos ao imóvel;

V - certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR, ou em área urbana IPTU;

VI - três vias do Termo de Compromisso, na forma do Anexo II desta Lei, assinadas por quem firmar o requerimento de proporcionalidade a isenção do IPTU e a criação da RPPN;

VII - título de domínio do imóvel no qual se constituirá a RPPN;

VIII - certidão de matrícula e registro do imóvel no qual se constituirá a RPPN, indicando a cadeia dominial válida e ininterrupta, trintenária ou desde a sua origem;

IX - planta da área total do imóvel indicando os limites; os confrontantes; a área a ser reconhecida, quando parcial; a localização da propriedade no município ou região, e as coordenadas dos vértices definidores dos limites do imóvel rural e da área proposta como RPPN, georreferenciados de acordo com o Sistema Geodésico Brasileiro, indicando a base cartográfica utilizada e assinada por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART; e

X - memorial descritivo dos limites do imóvel e da área a ser beneficiada com a isenção do IPTU, posteriormente transformada em RPPN, quando parcial, georreferenciados, indicando a base cartográfica utilizada e as coordenadas dos vértices definidores dos limites, assinado por profissional habilitado, com a devida ART.

§ 3º A descrição dos limites do imóvel, contida na certidão comprobatória de matrícula do imóvel e no seu respectivo registro, deverá indicar, quando possível, as coordenadas do ponto de amarração e dos vértices definidores dos limites do imóvel rural ou urbano georreferenciados, conforme especificações do Sistema Geodésico Brasileiro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, 02 de abril de 2018.


WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM 02/04/2018

Nº 6527 de 02/04/2018

Assinatura: [assinatura]



ANEXO I DO DECRETO Nº 6.986 DE 02 DE ABRIL DE 2018.

**REQUERIMENTO PARA PEDIDO DE CRIAÇÃO DE RESERVA PARTICULAR DO
PATRIMÔNIO NATURAL E ISENÇÃO PROPORCIONAL DO IPTU**

_____, _____ de _____ de _____.

_____, RG _____,

CPF _____, residente _____

_____, cidade _____, UF _____, CEP _____ e

Telefone _____ vem solicitar que no imóvel seja avaliado para isenção parcial de

IPTU _____ com a área de _____

(hectares) registrada no Registro de Imóveis da Comarca de

_____ sob a

matrícula/registro nº _____, localizado no Município

_____ UF _____, seja criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural,

conhecida como RPPN denominada _____, com a área de

_____ (hectares).

Afirma estar ciente e de acordo com as restrições e usos permitidos na área a ser constituída como RPPN, como também o caráter de perpetuidade da reserva.

Proprietário(s) ou Representante Legal

Identidade e/ou CPF: _____

Recebido no dia _____ de _____ de _____

Representante da SMMA e Matrícula



ANEXO II DO DECRETO Nº 6.986 DE 02 DE ABRIL DE 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE DUQUE DE CAXIAS - RJ
TERMO DE COMPROMISSO

_____, _____ de _____ de _____
_____, CPF/CNPJ _____,
residente _____
_____, cidade _____, UF _____, CEP
_____ e Telefone _____, proprietário do imóvel denominado
_____ com a área de _____
(hectares) registrada no Registro de Imóveis da Comarca de
_____ sob a matrícula/registro nº
_____, localizado no município
_____ UF _____, compromete-se a cumprir o disposto na Lei nº
9.985, de 18 julho de 2000, no Decreto nº 4.440, de 22 de agosto de 2002, e no Decreto nº
_____, de _____ de _____ de _____ e nas demais normas legais e
regulamentares aplicáveis à matéria, assumindo a responsabilidade cabível pela integridade
ambiental da Reserva Particular do Patrimônio Natural, conhecida como RPPN denominada
_____, com a área
de _____ (hectares), inserida sob a matrícula/registro
nº _____.

O proprietário deverá proceder à averbação do ato de criação da RPPN no Registro de Imóveis competente, que gravará o imóvel como unidade de conservação em caráter perpétuo nos termos do art. 21, § 1o, da Lei no 9.985, de 2000.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
GABINETE DO PREFEITO

O presente Termo é firmado na presença do Secretário Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias, Rio de Janeiro, e de duas testemunhas para este fim arroladas, que também o assinam.

Proprietário

Matricula:

Identidade/CPF: _____

Secretário Municipal de Meio Ambiente

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Ident:

Nome:

CPF:

Ident:



ANEXO III DO DECRETO Nº 6.986 DE 02 DE ABRIL DE 2018.

**RECOMENDAÇÕES PARA VISTORIA DE RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO
NATURAL**

1. Caracterização da Proposta:

1.1. Nome da RPPN proposta: _____

1.2. No do processo: _____

1.3. Nome do imóvel: _____

1.4. Endereço do imóvel: _____

1.5. Município: _____ 1.6. Estado: _____

1.7. Telefone do imóvel: _____ 1.8. CEP: _____

2. Caracterização do Proprietário ou Representante Legal (Empresa) para contato

2.1. Nome do proprietário: _____

2.2. CPF: _____ 2.3. RG: _____

2.4. Endereço: _____

2.5. Cidade: _____ 2.6. Estado: _____ 2.7. CEP: _____

2.8. Telefone 1: _____ 2.9. Telefone 2: _____ 2.10. E-mail: _____

3. Descrição da RPPN Proposta

3.1. Área do imóvel (hectares): _____ 3.2. Área da reserva (hectares): _____

3.3. Confrontantes do imóvel : Norte: _____ Sul: _____

Leste: _____ Oeste: _____

3.4. Os limites da RPPN estão corretamente georreferenciados? Sim [] Não []

OBS: _____

3.5. A área da RPPN incide sobre unidades de conservação? Sim [] Não [] Próximo []

Qual? Distância aproximada? _____

3.6. Existe proposta em andamento ou estudos para criação de unidades de conservação públicas que coincide com a área da reserva em análise? Sim [] Não []

Qual? _____



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
GABINETE DO PREFEITO

3.7. A RPPN incide em algum polígono prioritário do PROBIO? Sim [] Não [] Próximo [] Qual?

3.8. Existe algum empreendimento ou obra pública planejada ou em execução que tem interface com a RPPN proposta?

Sim [] Não [] Qual? _____

3.9. A RPPN está inserida nas Áreas de Preservação Permanente - APP na propriedade?

Sim [] Não [] Qual a porcentagem? _____

4. Características Ambientais da RPPN

4.1. Bioma: _____

4.2. Vegetação predominante: _____

4.3. Quais os outros tipos vegetacionais presentes: _____

4.4. Existem aspectos de relevante beleza cênica: Sim [] Não []

Qual? _____

4.5. Existem recursos hídricos no interior ou no limite da RPPN: Sim [] Não []

Qual? _____

4.6. Existem aspectos culturais ou históricos relevantes: Sim [] Não []

Qual? _____

4.7. Existem aspectos paleontológicos/arqueológicos relevantes: Sim [] Não []

Qual? _____

4.8. Existem registros de fauna? Sim [] Não []

Quais? _____

4.9. Existem animais ameaçados, raros, endêmicos ou migratórios; presença de ninhais ou áreas de reprodução. Sim [] Não []

Quais? _____

4.10. Existem estudos sobre a fauna da região? Sim [] Não []

Quais? _____

4.11. Existem registros/estudos sobre a flora? Sim [] Não []

Quais? _____

4.12. Existe flora ameaçada, rara, endêmica da região? Sim [] Não []

Quais? _____



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
GABINETE DO PREFEITO

4.13. A RPPN possui algum tipo de hábitat especial?

lago ou lagoa natural cavernas, colinas afloramentos rochosos riachos áreas pantanosas
 veredas ou buritizais capões de mata outros.

Quais? _____

4.14. Existem sinais de degradação ambiental na RPPN?

pisoteio por gado corte seletivo de árvores fogo clareiras artificiais estradas plantas e
animais invasores caça/captura de animais desmatamento erosão mineração
assoreamento de cursos d'água outros.

Quais? _____

4.15. Já foi realizada alguma pesquisa na RPPN proposta? Sim Não

Quais? _____

5. Características Sociais da RPPN/Imóvel

5.1. Quais as atividades desenvolvidas no imóvel (incluindo atividades econômicas ou sustentáveis)?

5.2. Existem eventuais atividades poluidoras? Sim Não

Quais? _____

5.3. Existem pressões antrópicas na RPPN? Sim Não

Quais? _____

5.4. Existem moradores na área da RPPN Sim Não

Quantos? _____

5.5. Existem moradores no imóvel? Sim Não

Quantos? _____

5.6. Existe algum projeto sendo desenvolvido na RPPN? Sim Não

Quais? _____

5.7. Existe algum projeto sendo desenvolvido no imóvel? Sim Não

Quais? _____

5.8- Existe alguma participação/apoio de associações, ONG's, Governo? Sim Não

Quais? _____

5.9- Existe alguma infra-estrutura na RPPN? Sim Não

Qual? _____

5.10. Existe alguma infra-estrutura no imóvel? Sim Não

Qual? _____

